



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO n. 0130346

Objetivo da reunião: Discussão sobre a Revisão da Estratégia da JF

Horário/Data: 18/06/2020, das 14h30 às 16h30

Local: Videoconferência (Teams)

Assunto: Procedimentos das atividades da revisão da estratégia da JF

Participantes (nome/email/telefone)	Função/Cargo	Órgão/Unidade
Claudete Grossi	Secretária de Estratégia e Governança	CJF
Juiz Federal Newton Ramos	Juiz Auxiliar da Corregedoria	TRF1
Wânia Maritça Araújo Vieira	Secretária de Gestão Estratégica e Inovação	TRF1
Maria Carolina de Souza Ribeiro	Diretora da Divisão de Planejamento Estratégico	TRF1
Juiz Federal Osair Victor de Oliveira Junior	Diretor do Foro da Seção Judiciário do RJ	TRF2
Pedro Oishi	Coordenador de Gestão Estratégica	TRF2
Bruno Maia	Coordenadoria de Gestão Estratégica	TRF2
José Carlos Bueno	Coordenadoria de Gestão Estratégica	TRF2
Juíza Federal Raecler Baldresca	Juíza Federal, em auxílio à Presidência	TRF3
Maíra Záu Serpa Spina D'Eva	Assessora de Gestão Estratégica	TRF3
Juiz Federal Gustavo Cignachi	Auxiliar da Presidência	TRF4

Carlos Junqueira	Assessor de Planejamento e Gestão	TRF4
Luiz Targino Dantas	Diretor da Divisão de Gestão Estratégica e Estatística	TRF5
Silvana Conceição Dias Soares	Subsecretária de Gestão Estratégica	CJF
José Francisco Alves	Chefe da Seção de Gerenciamento de Projetos	CJF
Marcos Antonio Kronenberger	Chefe da Seção de Planejamento Estratégico	CJF
Rogério Rodrigues da Silva	Chefe do Setor Socioambiental	CJF
Miliany Santos Meguerian	Técnico Judiciário	CJF

Assunto(s) tratado(s):

1. Pesquisa Pública

Após saudar os participantes da videoconferência, Claudete Grossi, Secretária de Estratégia e Governança, informou que o Conselho da Justiça Federal - CJF encaminhou relatório do ciclo 2015-2020 (com dados até 2019) e cartilha com orientações, contendo atividades a serem desenvolvidas pelos tribunais para revisão da estratégia para o novo ciclo 2021-2026. A cartilha orienta que seja feita uma análise de cenário com magistrados, gestores e servidores.

Lembrou que a Resolução 221 do CNJ, que institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário, em seu Art. 5º, § 1º, inciso IV, define a consulta pública como mecanismo participativo, tendo sido o CJF consultado sobre a possibilidade coordenar a pesquisa para a Justiça Federal.

Foi informado que, no âmbito do CJF discutiu-se sobre a pertinência e viabilidade de se realizar a pesquisa nesse momento. Os procedimentos dos tribunais estão amparados por uma consulta pública realizada pelo CNJ, que levou à definição de macrodesafios e indicadores. Informou que o CJF pode coordenar a pesquisa, mas que precisará da colaboração dos tribunais para elaboração das perguntas e divulgação para aplicação do questionário. Assim, pediu para que cada tribunal se manifestasse.

TRF1: Apesar da exposição das dificuldades de realização da pesquisa, os representantes do TRF 1ª Região consideram-na indispensável. A pesquisa pode ser direcionada, com perguntas objetivas, em que haja participação do público interno e externo. Entendem que seria adequado se fosse capitaneada pelo CJF, com identificação do seguimento, e perfil do respondente. O prazo de resposta poderia ser determinado em conjunto pelos tribunais e CJF. Sugere que a pesquisa seja feita para priorizar os

macrodesafios pertinentes à Justiça Federal. Na pesquisa, deve haver uma breve descrição de cada macrodesafio, podendo ser em formato de link. Acreditam que, ainda que parcial, a pesquisa proporcionará às pessoas um sentimento de participação do processo e, ainda, é importante por contar pontos para o prêmio nacional de qualidade do CNJ.

TRF2: Os representantes entendem que é relevante a utilização de pesquisas em relação às necessidades e expectativas de magistrados, servidores, colaboradores e demais partes interessadas, bem como a análise de cenários, que podem subsidiar o plano estratégico para o sexênio 2021-2026. Concordam que o CJF deve capitanear e definir diretrizes de uma pesquisa nacional, para fins de uniformidade da informação e análise de forma sistêmica. Foram idealizadas, no âmbito da 2ª Região, as consultas públicas de pesquisa de satisfação do usuário e análise de cenários, para auxiliar no desenvolvimento dos planos estratégicos nacional e regional. Estas pesquisas ficarão disponíveis para participação até o dia 26 de junho de 2020, na internet e intranet dos três órgãos da 2ª Região. Nesse processo de divulgação, foram enviados e-mails para os magistrados e servidores participarem. De forma complementar, contou com o apoio de divulgação da AJUFE e do SISEJUFE.

TRF3 - Os representantes concordam com a pesquisa para priorização dos macrodesafios e atentam para a importância de se ter a devolutiva dos resultados aos participantes. Por isso, quanto mais objetiva e direcionada for a pesquisa melhor será tanto para tabulação quanto para divulgação. Entendem também a importância de aferir o que as pessoas reconhecem e entendem da Justiça Federal.

TRF4 - Os representantes também concordam com a importância da pesquisa para priorizar os macrodesafios. Atentaram para que sejam ponderadas questões do calendário, dos recursos para trabalhar na elaboração e publicação, bem como de retirada de resultados práticos da pesquisa. Elogiou o material encaminhado pelo CJF, que ajudou bastante o tribunal, facilitando o processo de análise de cenário junto à EMAGIS, JEFs, unidades de conciliação, vice-presidência, direções de foro e grupos vinculados à administração.

TRF5 – o representante é favorável à realização da pesquisa para priorizar os macrodesafios, apesar de entender que o melhor momento para essa consulta já passou. Entende que o jurisdicionado deveria ter sido consultado sobre a Justiça Federal ter ou não alcançado a Visão de futuro definida, e, a partir daí, seria definida a Visão para o novo ciclo. Mas reconhece que agora não dá mais tempo, devido às condições extremamente difíceis que estamos passando. Mas entende isso não impede a continuidade dos trabalhos e que a pesquisa parcial ora proposta mesmo assim deve ser feita. Sugeriu incluir na pesquisa pergunta relacionada à Visão.

A Senhora Claudete, apresentou o resultado da discussão, onde o TRF1 se manifestou totalmente favorável à pesquisa para priorização dos macrodesafios, o TRF2 concordou com a pesquisa, o TRF3 foi favorável à pesquisa, o TRF4 foi favorável, desde que paralelamente os tribunais continuem com as atividades conforme já planejadas e o TRF5 foi favorável, mas incluindo a questão da Visão.

Ficou decidido que o CJF vai elaborar uma proposta da pesquisa e estabelecer um cronograma o mais rápido possível, para encaminhar para os tribunais validarem.

CJF – a equipe informou que a última pesquisa realizada pelo CJF, sobre governança participativa, contou com 13.000 respondentes e ficou disponível por aproximadamente 3 semanas. Lembrou a questão da hierarquia que deve ser respeitada quando da realização de uma pesquisa, devendo a Secretaria-Geral do CJF aprovar a sua realização. Lembrou, ainda, que deve ser feita a adequada divulgação, envolvendo as áreas de comunicação, as Seções Judiciárias, AJUFE, OAB.

O CJF acolheu a sugestão do TRF2, referente a criação de um banner padronizado, para divulgação nos portais da internet e intranet dos órgãos da Justiça Federal.

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista (Se aplicável)
------	----------------	-------------	---------------------------------

1.1	Encaminhar proposta da pesquisa aos TRFs	CJF	22/06/2020
1.2	Validação da proposta encaminhada pelo CJF	TRFs	23/06/2020
1.3	Divulgação da pesquisa	CJF e TRFs	25/06/2020
1.4	Realização da pesquisa	CJF e TRFs	29/06 a 10/07/2020
1.5	Repasse dos dados da pesquisa aos tribunais	CJF	13/07/2020
1.6	Divulgação dos resultados da pesquisa no Observatório da Estratégia	CJF	15/07/2020

2. Revisão da Estratégia

A representante do CJF reservou a segunda parte da reunião para fazer um acompanhamento com os tribunais sobre a programação das atividades para revisão da estratégia, que se divide em três etapas.

A primeira etapa é o levantamento de proposta que está sendo feito no momento. São atividades que estão contidas na cartilha de orientações que o CJF encaminhou aos tribunais e que ao final vai culminar na elaboração de uma proposta dos tribunais das definições estratégicas.

A segunda etapa é a de desenvolvimento e aprimoramento, onde o CJF consolida as propostas em um trabalho único, submetendo-o à discussões e aprimoramento pelos tribunais. Esse trabalho se dá por meio de rodadas de conversas com os comitês e seções judiciárias a nível de governança.

A terceira etapa será a compilação sugestões para que a proposta final seja submetida ao COGEST.

Essa metodologia foi aprovada por todos.

O TRF2 encaminhará uma proposta de sugestão de desentranhar do instrumento plano estratégico os indicadores, metas, iniciativas, planos de ação e melhoria de processos, colocando-os num outro instrumento que também compõe a estratégia, mas que seria chamado, por exemplo, de programa de gestão.

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista (Se aplicável)
2.1	Realização da pesquisa	CJF e TRFs	de 29/06 a 10/07/2020
2.2	Apresentação das propostas contendo definições estratégicas e objetivos estratégicos	TRFs	22/07/2020
2.3	Consolidação das propostas	CJF	31/07/2020
2.4	Discussão da proposta consolidada	CJF e TRFs	15/08/2020

2.5	Validação do COGEST	COGEST	25/08/2020
-----	---------------------	--------	------------

3. Definições da composição do plano estratégico da Justiça Federal

Será encaminhado aos tribunais consulta sobre como entendem que deve ser composto o Plano Estratégico da Justiça Federal, a ser aprovado pelo COGEST:

I. Que elementos você acha que devem compor o Plano Estratégico da Justiça Federal? (Entenda-se por Plano Estratégico da Justiça Federal o documento a ser aprovado pelo COGEST)

Os macrodesafios estabelecidos para o Poder Judiciário, os indicadores estabelecidos para o Poder Judiciário, objetivos estratégicos a serem definidos pela JF, metas e projetos.

Os macrodesafios estabelecidos para o Poder Judiciário, os indicadores estratégicos estabelecidos para o Poder Judiciário, objetivos estratégicos a serem definidos pela JF e metas. Os projetos não devem compor o Plano Estratégico.

Os macrodesafios estabelecidos para o Poder Judiciário, os indicadores estratégicos a serem definidos pela JF e objetivos estratégicos a serem definidos pela JF. As metas não devem compor o Plano Estratégico, por serem definidas anualmente nos Encontros do Poder Judiciário, nem os projetos.

Somente os macrodesafios e indicadores já estabelecidos para o Poder Judiciário.

Você entende que deve ser construído um portfólio de projetos estratégicos para a Justiça Federal?

Sim, a ser atualizado anualmente.

Não. Qual a sua sugestão para a definição dos projetos estratégicos?

III. Que elementos devem entrar no Mapa Estratégico da Justiça Federal?

Período de abrangência do ciclo – 2021-2026

Missão da Justiça Federal

Visão de Futuro da Justiça Federal

Valores

Tendências atuais/cenário desejado

Perspectivas – Sociedade, processos internos e recursos

Macrodesafios

Objetivos Estratégicos

Outro. Especifique.

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista (Se aplicável)
3.1	Encaminhar ao CJF posicionamento e sugestões sobre questões relacionadas ao planejamento estratégico, a fim de tornar mais objetiva a reunião do dia 25/06/2020	TRFs	24/06/2020

3.2	Agendar reunião para 25/06/2020	CJF	22/06/2020
-----	---------------------------------	-----	------------

4. e-mail do CNJ

A representante do CJF encaminhou aos tribunais e-mail do CNJ, que orienta para a adoção de ações para os macrodesafios do ciclo ainda não priorizados. Até o momento o CJF recebeu resposta do TRF3. O TRF1 questionou a data de envio do e-mail e afirmou não tê-lo recebido. O CJF ficou de reencaminhar o e-mail, pois os outros TRFs não tinham lembrança de tê-lo recebido também. Se todos os tribunais concordarem, o CJF pode responder pela Justiça Federal em documento único. Os TRFs aguardam o reenvio do e-mail. O CJF informou que vai intensificar ao máximo as reuniões virtuais, sendo que a próxima fica agendada para 25/06/2020, às 14h30. Agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Claudete Grossi

Secretária de Estratégia e Governança do CJF



Autenticado eletronicamente por **Claudete Iara Rodrigues Grossi, Secretário(a) - Secretaria de Estratégia e Governança**, em 25/06/2020, às 17:36, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0130346** e o código CRC **996AB0E4**.